



Sábios ouvidos pelo Governo esperam mudanças nos fundos europeus

Focar as próximas verbas comunitárias no financiamento às empresas, apostar em projectos de longo prazo e no relançamento da economia são as prioridades defendidas pelos membros contactados pelo PÚBLICO

Financiamento
Ana Rute Silva
e Nuno Sã Lourenço

O comité de sábios de 15 elementos criado pelo Governo para ajudar a definir as prioridades de aplicação do próximo pacote de fundos comunitários não vai emitir análises vinculativas nem ter, como diz um dos seus elementos, o investigador João Ferrão, uma "responsabilidade enorme", mas pode servir para mostrar ao executivo qual o caminho a seguir.

Usar as verbas europeias para financiar as empresas, apostar em projectos sólidos, de médio e longo prazo, e lançar um novo ciclo de recuperação são algumas das ideias defendidas por Arlindo Cunha, economista e antigo ministro da Agricultura, Augusto Mateus, economista e antigo ministro da Economia, e João Ferrão, investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais, que figuram na lista ontem apresentada pelo ministro adjunto e do Desenvolvimento Regional, Poiares Maduro.

O próximo ciclo de programação financeira da União Europeia, para o período de 2014-2020, deverá estar no terreno no segundo semestre do ano que vem e o grupo de sábios já tem reuniões marcadas para 6 de Setembro e 18 de Outubro, para "definir a arquitectura de programação proposta", desenvolver um "verdadeiro processo concorrencial na definição de prioridades" e instrumentos públicos a privilegiar, disse Poiares Maduro, durante um encontro com jornalistas. O comité vai reunir poucas vezes, mas cada encontro durará um dia inteiro. Uma parte significativa dos elementos fez parte de anteriores governos liderados pelo PSD e PS.

A "prioridade das prioridades", disse o ministro adjunto, será a competitividade e internacionalização, seguida pela inclusão social e emprego, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos e, por último, o capital humano. A decisão foi sustentada com os problemas de eficácia assumidos. "Portugal tem uma taxa de execução dos fundos muito boa. Mas é criticada a eficácia que alguns fundos tiveram no impacto concreto na economia", admitiu.



Recuperação da economia passa por levar os financiamentos comunitários às empresas e apostar na internacionalização

PS desconhecia formação do comité

O PS não sabia que o Governo tencionava criar o comité de sábios para os fundos. De acordo com elementos da direcção do PS, os contactos com o Governo sobre o tema cingiram-se a "princípios e gestão dos fundos", não tendo havido diálogo, mas antes uma espécie de convite para os socialistas encaminharem uma posição sobre o quadro, ao que o Largo do Rato respondeu com o envio de um documento. "Não recebemos mais nenhuma resposta depois disso", afirmou um dos dirigentes. Ainda assim, sobre a criação do comité, e depois de frisar que faltava apurar o papel e os meios colocados

à sua disposição, entre o principal partido da oposição não parece haver resistência à ideia. "O recurso a entidades externas ou personalidades com reconhecido valor é uma boa prática assumida em boa parte dos países europeus". Publicamente, o PS fez sair um comunicado onde reconhecia que não podia deixar "de dar o seu contributo numa matéria tão relevante para o país". O ministro Poiares colou o principal partido da oposição ao tema, quando se referiu a "contactos" e assumiu uma "grande coincidência de perspectivas, no que concerne à prioridade das prioridades". **N.S.L.**

Portugal conseguiu de Bruxelas a promessa de receber um total de 27,800 milhões de euros da União Europeia entre 2014 e 2020, ajudas inferiores em 9,7% ao anterior pacote, que vigora entre 2007 e 2013.

Augusto Mateus, consultor e antigo ministro da Economia de um Governo socialista, admite que o comité de sábios tem "um grande trabalho pela frente". O economista, coordenador do estudo *25 Anos de Portugal Europeu*, não está disponível para "fazer de figura decorativa". Contudo, defende que é importante colaborar com o Governo e dar um contributo nesta matéria. O próximo quadro de apoio é "um grande desafio de mudança" e "terá de ser muito diferente dos ciclos anteriores". "É preciso aproveitar o que de bom se fez", disse, defendendo que o novo pacote não deve ser "nem mais do mesmo, nem a negação do anterior".

Os fundos devem, sim, servir para

"ter uma economia mais equilibrada e competitiva", acrescentando que "não basta crescer mais, é preciso crescer bem". Por isso, devem ter uma "eficácia a médio e longo prazo e não a curto prazo". "Não servem para atenuar uma crise conjuntural, servem para fazer futuro", defendeu.

Por seu turno, Silva Peneda que preside ao Conselho Económico e Social, adiantou ao PÚBLICO ter aceite o convite dado o seu passado enquanto secretário de Estado do Planeamento. Foi parco em comentários sobre o alcance do comité, por entender que devia ser mais comedido antes da primeira reunião. Acrescentou que falta, no seu entender, perceber qual o papel do futuro banco de fomento que o Governo pretende criar e qual o "enquadramento" em que o grupo irá trabalhar.

João Ferrão, que coordenou diversos estudos de avaliação de políti-



cas públicas para o Governo e para a Comissão Europeia, ressalva que ainda não recebeu a documentação do executivo, de preparação para a primeira reunião. Mas acredita que o grupo de sábios pode ter um papel importante “para alertar para alguns aspectos e definir prioridades”. As grandes linhas de actuação estão definidas por Bruxelas, cabe agora aos Estados-membros dar resposta a essa estratégia “global”. O diálogo com especialistas pode tornar a proposta portuguesa mais interessante, sublinha. Na prática, “o papel desta comissão é relativamente marginal, este é um processo que tem uma liderança política”, aponta.

Menos dinheiro, boas ideias

Para João Ferrão, “uma coisa é ser o bom aluno que se limita a aplicar as regras europeias, outra é perceber como podemos lançar em Portugal a base para um novo ciclo de prosperidade”. O montante dos fundos comunitários não é importante. O foco deve ser o “desenvolvimento do país”. Uma opinião partilhada por Augusto Mateus, que também defende que “mais vale ter menos dinheiro e bons projectos”.

Antigo ministro da Agricultura, Arlindo Cunha aplaude a iniciativa do Governo de colher contributos “de quem teve uma experiência de vida e profissão” nesta área. As prioridades estão definidas: este quinto pacote será destinado a melhorar a economia portuguesa e a sua internacionalização. “Penso que estamos todos de acordo sobre este objectivo e infelizmente o actual quadro de apoio que está a terminar devia ter sido usado como instrumento de apoio às empresas, apesar de nesta última reprogramação já ter havido uma correcção”, disse.

Arlindo Cunha acredita que as verbas de Bruxelas têm de ter como destinatários as empresas, para que seja possível “apanhar a onda da recuperação económica”.

Os 15 escolhidos

Governo convidou vários ex-ministros

- **António Barreto**, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- **Arlindo Cunha**, Universidade Católica do Porto
- **Augusto Mateus**, Augusto Mateus & Associados
- **Daniel Bessa**, Cotec Portugal
- **Diogo Lucena**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Gomes de Pinho**, Fundação Arpad Szenes e Vieira da Silva
- **Isabel Mota**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **João Ferrão**, Instituto de Ciências Sociais
- **Jorge Vasconcelos**, New Energy Solutions
- **José Tavares**, Faculdade de Economia da Universidade Nova
- **Manuel Porto**, Faculdade de Direito de Lisboa
- **Maria Manuel Leitão Marques**, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
- **Silva Pena**, Conselho Económico e Social
- **Sofia Galvão**, Vieira de Almeida & Associados



Sábios querem mudar gestão dos fundos europeus

Sábios do comité criado pelo Governo para a gestão dos fundos estruturais dão prioridade ao financiamento às empresas e à internacionalização **p18**

ISSN: 0872-1548